



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6507

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 10/04/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 142/2007. Dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.745, de 05/06/2007).

Controle Interno – Caixa: 9.3

Posição: 28

Número de folhas: 18

Espécie: PL
Categoria: Leis
Cl: 9.3
Ordem: 28
nº fls: 16



59/2007

29.05.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 142 /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.

MOVIMENTO

Entrada em - 10/05/2007

1 - Comissão de Legislação e Justiça

2 - RETIRADO DE pauta em. 22-05-2007

3 - APROVAMENTO DE DISCUSSÃO EM

4 - 24.05.2007

5 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN

6 - CIA EM. 29.05.2007, SEM VOTO

7 - ~~PROVADO EM~~ EM EN PAF.

8 -

9 -

10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____ / 2.007.

DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º - Os passeios públicos ou calçadas integram o sistema viário ao longo das vias de rolamento, devendo ser reservados prioritariamente aos pedestres, sendo obrigatória a sua construção em toda(s) a(s) testada(s) do(s) terreno(s), edificado ou não, localizado(s) em logradouro(s) provido(s) de meio-fio e pavimentação, garantindo acessibilidade e segurança, atribuída essa responsabilidade ao proprietário ou ocupante do imóvel e, em alguns casos, ao Poder Público Municipal.

Art. 2º - A Política de Controle e Fiscalização na construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar a acessibilidade e segurança aos pedestres, em especial as pessoas com deficiência, sem prejuízo dos princípios e normas já consolidados no ordenamento jurídico.

§1º - Os passeios públicos ou calçadas são de construção obrigatória em toda(s) a (s) testada(s) do (s) terreno(s), edificado ou não, localizado(s) em logradouro(s) provido(s) de meio-fio e pavimentação, garantindo acessibilidade e segurança.

§2º - É obrigatória, também, a manutenção e a recuperação dos passeios públicos ou calçadas.

§3º - Na construção, manutenção e recuperação dos passeios e calçadas, serão observadas as regras estabelecidas nesta Lei, as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as disposições contidas em legislação federal e municipal.

Art. 3º - Os governos Federal e Estadual, poderão celebrar convênios com o Município, com vistas à delegação da competência para execução das obras de sua responsabilidade.

CAPÍTULO II
Das Definições

Art. 4º - Para efeito desta Lei, considera-se:

I – passeios públicos ou calçadas – parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins – Código de Trânsito Brasileiro.

II – ocupante de imóvel – aquele que detém a posse direta do imóvel a qualquer título.

III – faixa exclusiva de circulação de pedestres – faixa contínua na calçada ou passeio, livre de obstáculo, destinada ao pedestre, com largura mínima de 1,50 m em calçadas com largura igual ou superior a 2,50m, e de 0,90m em calçada com largura inferior a 2,50m.

IV – faixa de serviço – área de passeio ou calçada destinada à implantação de mobiliário urbano.

V – projetos de engenharia e arquitetura – são os projetos de construção, reforma com ou sem acréscimo de área e reforma para mudança de uso.

VI – Manutenção – cuidados indispensáveis à conservação das condições de segurança e acessibilidade das calçadas.

VII – Recuperação – ação que visa resgatar as condições de segurança e acessibilidade das calçadas, perdidas por falta de manutenção ou dano imediato.

VIII – Piso tátil – piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual – ABNT – NBR 9050.

IX – Mobiliário urbano – todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do Poder Público em espaços públicos ou privados – ABNT – NBR 9050.

CAPÍTULO III

Das Responsabilidades

Art. 5º – São responsáveis pela construção, manutenção e recuperação dos passeios ou calçadas:

I – O Município;

II – O proprietário;

III – O ocupante do imóvel.

§1º – A responsabilidade do Poder Público Municipal se dá nos seguintes casos:

- a) das frentes de água (rios, lagoas, canais e praias), dos canteiros centrais de vias, das praças, dos parques e de imóveis públicos municipais localizados em logradouros públicos;
- b) de rampas nos cruzamentos das travessias sinalizadas e nos canteiros centrais das vias públicas;
- c) de alteração do nivelamento, redução ou estragos ocasionados pelo Município e seu delegados.

§2º – Os demais casos fica a encargo do proprietário ou ocupante do imóvel.

CAPÍTULO IV

Dos Passeios Públicos nos Projetos de Engenharia e Arquitetura

Art. 6º – Quando da apresentação dos projetos de engenharia e arquitetura à Prefeitura Municipal de Montes Claros, devem estar incluídos os projetos dos passeios públicos ou calçadas para sua devida aprovação e análise, segundo critérios definidos no §3º do art. 2º, desta Lei.

§1º – Quando a via ou logradouro público em que se situar o imóvel objeto do projeto de que trata o *caput* deste artigo for dotado de meio-fio e pavimentação, a concessão de habite-se ficará condicionada, além da observância às demais exigências legais, à construção do passeio público ou calçada nos moldes desta Lei.

§2º – O HABITE-SE só será expedido pelo Executivo Municipal se os passeios relativos ao imóvel alvo da solicitação estiverem construídos em bom estado de conservação e obedecendo aos preceitos desta Lei.

§3º – A exigência de que trata este artigo poderá ser dispensada mediante análise da Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica, quando localizados em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, Zona Especial de Preservação Ambiental – ZEPA e Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH/SPR.

CAPÍTULO V

Da Acessibilidade e Segurança dos Passeios Públicos

Seção I

Revestimento e Pavimentação

Art. 7º – Para garantir acessibilidade e segurança os passeios públicos deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- I** – terão revestimento antiderrapante, nivelado, de superfície regular, sem ondulações e com resistência adequada ao fluxo ao qual se destina;
- II** – longitudinalmente, serão paralelos ao *grade* do logradouro projetado pela Prefeitura;
- III** – transversalmente, terão uma inclinação, do alinhamento para o meio fio, de 2% (dois por cento).

Art. 8º – Deverá ser utilizado, para sinalizar situações que envolvam risco de segurança, o piso tátil de alerta, cromodiferenciado ou associado à faixa de cor contrastante com o piso adjacente.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 9º – Deverá ser utilizado quando da ausência ou descontinuidade de linha guia identificável o piso tátil direcional, como guia de encaminhamento em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação.

Seção II **Das Rampas**

Art. 10 – As rampas destinadas à entrada de veículos não poderão ocupar mais de 1/3 (um terço) da largura do passeio, com o máximo de um metro, no sentido da sua largura, devendo ser preservada a faixa exclusiva de circulação de pedestre.

§1º – As rampas destinadas ao acesso de veículos deverão ser executadas conforme a legislação vigente.

§2º – A construção de rampas nos passeios só será permitida quando delas não resultar prejuízo para a arborização pública.

§3º – Se, para construção de uma rampa, for indispensável a transplantação de uma árvore, ela poderá ser feita, a juízo do Município por meio do órgão competente, para local à pequena distância, correndo as despesas correspondentes por conta do interessado.

Seção III **Das Obstruções das Calçadas e Passeios Públicos**

Art. 11 – Na pavimentação do passeio não será admitido obstáculo de caráter permanente que impeça o livre trânsito dos pedestres.

Art. 12 – A instalação de mobiliário urbano nos passeios públicos, tais como telefones públicos, caixas de correios, cestas de lixo, bancas de jornais e revistas, fiteiros, quiosques e outros, não deverá bloquear, obstruir ou dificultar o livre trânsito dos pedestres, em especial as pessoas com deficiência, o acesso de veículos, nem a visibilidade dos motoristas na confluência das vias.

§1º – A instalação de mobiliário urbano deverá ser permitida apenas na faixa de serviços.

§2º – No caso de instalação irregular dos mobiliários urbano observa-se-á os procedimentos estabelecidos no art. 13 desta lei.

Seção IV **Do Dano**

Art. 13 – Na hipótese de dano à calçada ou passeio a recuperação caberá a quem der causa.

Parágrafo Único – As concessionárias de serviços públicos e as entidades a elas equiparadas, bem como as empresas executoras de obras públicas ou privadas são responsáveis pela recuperação dos passeios e calçadas avariados em decorrência da execução dos seus serviços.

CAPÍTULO VI **Procedimentos Administrativos**

Art. 14 – Na hipótese de não realização dos serviços necessários à construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas, localizados nas vias públicas, nas condições desta Lei, o Município notificará o responsável para executar tais serviços no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento da notificação.

§1º – O órgão responsável pela notificação de que trata o *caput* deste artigo é a Secretaria





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica.

§2º – O notificado terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da notificação, para apresentar sua defesa perante o Município.

§3º – No caso de não ser o responsável pela obrigação de que trata o *caput* deste artigo o notificado na defesa, deverá indicar o responsável, mediante provas, para que seja promovida nova notificação, do contrário, presumir-se-á sua responsabilidade.

§4º – A nova notificação obedecerá aos procedimentos previstos neste artigo.

§5º – Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§6º – Considera-se prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que for determinado sem expediente ou se o mesmo for encerrado antes da hora normal.

Art. 15 – São causas ensejadoras de notificação quaisquer atos ou fatos que descumpram os preceitos estabelecidos nesta Lei, e notadamente:

I – passeio inexistente, em desacordo com as especificações ou em mau estado de conservação;

II – obstruir ou concorrer, direta ou indiretamente, para a obstrução de valas, calhas, bueiros ou bocas de lobo ou impedir, por qualquer forma o escoamento das águas pluviais;

III – utilização de marcos ou quaisquer tipos de barreiras físicas ou arquitetônicas nos passeios sem autorização do órgão competente;

IV – despejo de águas pluviais ou de infiltração, água de lavagem, despejos domésticos e quaisquer outras águas servidas ou de esgotos sobre os passeios;

V – caixas de inspeção fora das especificações e/ou passeios danificados por concessionárias ou entidades a ela equiparadas;

VI – colocar sobre a faixa exclusiva de circulação de pedestres, material de construção, mesas, cadeiras, banca ou quaisquer materiais ou objetos, qualquer que seja a finalidade, excetuando-se os casos regulados por legislação específica, e, previamente autorizados pelo Município.

Art. 16 – Após 120 (cento e vinte) dias da notificação para execução das obras de construção ou recuperação dos passeios públicos ou calçadas, sem que o responsável tenha concluído a execução do serviço, o Poder Público Municipal poderá construir ou recuperar os referidos passeios públicos ou calçadas às suas expensas.

Parágrafo único - A Prefeitura poderá fixar, para cada logradouro ou trecho de logradouro, a juízo do órgão técnico competente, o tipo de pavimentação do passeio.

Art. 17 – O Município será indenizado pelo responsável em razão do valor despendido com a realização da obra de que tratam os arts. 15 e 16, pelo preço por ele praticado para pagamento das obras do Município, acrescido de 10% (dez por cento).

§1º – O responsável pela indenização de que trata o *caput* deste artigo será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação, para recolher aos cofres municipais o valor devido e, na hipótese de não recolhimento desse valor, o débito será inscrito na dívida ativa do Município.

§2º – A Secretaria Municipal de Fazenda é responsável pelos procedimentos estabelecidos neste artigo.

Art. 18 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 04 de maio de 2.007.


Athos Avelino Pereira

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 04 de maio de 2.007.

Ofício nº: PJ/ 037/2.007

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que “dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros”.

Considerando que a calçada é um equipamento urbano essencial, destinada à circulação dos pedestres e que, a grande parte destas encontram-se em condições precárias e considerando, ainda, a inexistência de instrumentos legais que possibilitem o município exigir dos proprietários dos imóveis lindeiros a sua manutenção e sua construção dentro dos padrões da acessibilidade, que já é obrigação legal, definida por legislação federal específica, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.

Nesse sentido, elaboramos o presente Projeto de Lei, no intuito de regulamentar a construção e manutenção das calçadas deste município.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº ____/2007 QUE “Dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros”, de autoria do Executivo Municipal.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo ilegalidade, tendo em vista que a Constituição Federal prevê que o Município tem legitimidade para legislar em assuntos de interesse local..

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 11 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 142/2007

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 142 /2007, de autoria do Executivo Municipal “**Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.**”

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Com o presente projeto, o autor pretende estabelecer critérios para a construção e manutenção das calçadas do município, inclusive para adequá-las à Lei Federal 10.098/2000, que dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica, estabelecem que o Município compete legislar sobre assuntos de interesse local visando o bem estar da população.

Sendo assim, esta Comissão entende que tanto a iniciativa quanto a matéria não contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 21/05 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Eurípedes Xavier Souto



rejeita o projeto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

os autos 22/10/07

GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº ____/2007.

“Dispõe sobre a construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros ”

EMENDA I – O § 1º do artigo 2º do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º-

§ 1º Os passeios públicos ou calçadas são de construção obrigatória em toda (s) a (s) testada (s) do (s) terreno (s), edificado ou não, localizado (s) em logradouro (s) provido (s) de meio – fio e pavimentação que devem ser construídos obrigatoriamente pelo empreendedor do loteamento ou pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, garantindo acessibilidade e segurança.

Salas de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de maio de 2007.

Athos Mameluque Mota
Vereador Athos Mameluque Mota



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007

AUTOR: Ver. Athos Mameluque Mota

MATÉRIA: Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.

I - RELATÓRIO

Emenda ao Projeto de Lei Nº 142 /2007 de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota que “**Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros**”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 27/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A presente Emenda **Altera o § 1º do artigo 2º**.

Ao propor a referida Emenda, esta Comissão entende que a mesma cria obrigações e despesas para o Poder Executivo, quando obriga a Prefeitura Municipal a construir passeios públicos e ou calçadas em lugares não previstos no projeto original, especificados no art. 5º §1º, alíneas “a”, “b” e “c” do Capítulo III, das Responsabilidades.

Sendo assim esta Comissão a referida emenda contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, a Comissão, conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade da referida Emenda.

Sala das Comissões, 30/05/2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente: _____

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente: _____

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007 QUE “DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.”, de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento determina a obrigatoriedade do município de Montes Claros de construir os passeios públicos, implicando, portanto, em aumento de despesas previsto no projeto original, o que seria ilegal.

Em face ao exposto, a Emenda fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 23 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

*As Comissões
24.05.2007
Regulador
Sanção*

EMENDA ADITIVA Nº /2007 AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007

Acrescenta a alínea "d" ao parágrafo Primeiro, do Art. 5º., Capítulo III, Das Responsabilidades, do Projeto de Lei nº 142/2007, que "DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS."

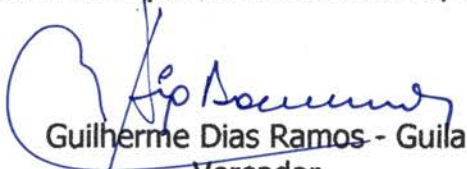
Art. 5º. - (...)

§ 1º. - A responsabilidade do Poder Público Municipal se dá nos seguintes casos:

(...)

d) Quando da construção de casa populares, ou seja, conjuntos habitacionais populares, doados pelo município ou construídos com a finalidade de atender a população de baixa renda."

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de Maio de 2007.


Guilherme Dias Ramos - Guila
Vereador



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007

AUTOR: Ver. Guilherme Dias Ramos

MATÉRIA: Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.

I - RELATÓRIO

Emendas ao Projeto de Lei Nº 142 /2007 de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos que **“Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros”**.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 27/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A presente Emenda **Acrescenta a alínea “d” ao parágrafo primeiro, art. 5º, Capítulo III, Das Responsabilidades.**

Ao propor a referida Emenda, esta Comissão entende que a mesma cria obrigações e despesas para o Poder Executivo, quando acrescenta mais uma responsabilidade não prevista no Projeto original.

Sendo assim esta Comissão entende que a referida emenda contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, a Comissão, conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade da referida Emenda.

Sala das Comissões, 30/05/2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente:

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007 QUE “DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento determina a obrigatoriedade do município de Montes Claros de construir os passeios públicos em casos não previstos no projeto, implicando, portanto, em aumento de despesas previsto no projeto original, o que seria ilegal.

Em face ao exposto, a Emenda fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 28 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira

EMENDAS AO PROJETO DE LEI

Nº

"QUE DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS."

EMENDA UM:

Altera o artigo 1º, Capítulo I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Os passeios públicos ou calçados integram o sistema viário ao longo das vias de rolamento, devendo ser reservados prioritariamente aos pedestres, sendo obrigatória a sua construção em toda(s) a(s) testadas(s) do(s) terreno(s), edificado ou não, localizado(s) em logradouro(s) pavimentado(s) ou não e provido(s) de meio-fio, garantindo acessibilidade e segurança, atribuída essa responsabilidade direta do proprietário do imóvel e indiretamente ao Poder Público Municipal, em casos constatados de omissão às atribuições de sua responsabilidade".

EMENDA DOIS:

Altera o § 1º, artigo 2º, Capítulo I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º - ...

"§1º - Os passeios públicos ou calçadas são de construção obrigatória em toda(s) testada(s) do(s) terreno(s), edificado ou não, localizado(s) em logradouro(s) provido(s) de meio-fio com pavimentação ou não, garantindo a acessibilidade e segurança".

EMENDA TRÊS:

Altera o artigo 5º e seu § 2º, Capítulo III, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º- São responsáveis pela construção, manutenção e recuperação dos passeios ou calçadas":

I -O proprietário;

II-O município."

§1º-.....

"§2º-O demais casos fica a encargo do proprietário".

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, 23 de maio de 2007.

FÁTIMA PEREIRA MACEDO
vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E JUSTIÇA
 EM 24 DE MAIO DE 2007
 PRESIDENTE

EMENDAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS
 29/05/07.
 Ildemar Moraes

Todas as Emendas são legais e consti-
 tucionais.

Beauregard - 29.05.07.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 REJEITADO EM DISCUSSÃO POR
 REGIME DE URGÊNCIA
 EM 29 DE MAIO DE 2007
 PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007 QUE “Dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Emendas enviadas à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A primeira emenda altera a redação do artigo 1º do citado projeto, momento em que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa, razão pela qual, somos de parecer que a emenda em comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

A segunda emenda altera a redação do parágrafo 1º do artigo 2º do projeto em comento, sendo que não vislumbramos nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa, razão pela qual, somos de parecer que a emenda em questão é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

Já a terceira emenda altera a redação do artigo 5º e seu §2º do projeto em apreciação, momento em que não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou vício de iniciativa, razão pela qual, somos de parecer que a emenda em comento é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer sob censura.

Montes Claros/MG, 28 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 142/2007

AUTOR: Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo

MATÉRIA: Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros.

I - RELATÓRIO

Emendas ao Projeto de Lei Nº 142 /2007 de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo que **“Dispõe sobre a Construção e Manutenção das Calçadas do Município de Montes Claros”**.

As proposições foram distribuídas à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 27/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – CONCLUSÃO

EMENDA UM – Altera o artigo 1º, Capítulo I- Emenda legal e constitucional.

EMENDA DOIS – Altera o § 1º, artigo 2º, Capítulo I. – Emenda legal e constitucional.

EMENDA TRÊS – Altera o artigo 5º e seu § 2º, Capítulo III, os § 1º e § 5º do artigo 18, Seção II, Capítulo IV. Emenda legal e constitucional.

Sala das Comissões, 30 / 05 / 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente:

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator: